

# ITAPEMIRIM-ES E OS AFRICANOS: UMA ANÁLISE DA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NO SÉCULO XIX

## ITAPEMIRIM-ES AND THE AFRICANS: AN ANALYSIS OF THE SLAVED POPULATION IN THE 19TH CENTURY

LARYSSA DA SILVA MACHADO\*

**Resumo:** Este artigo pretende abordar os africanos presentes nas diversas fontes referentes a Itapemirim-ES. Essa região, ao longo do século XIX, destacou-se dentro da Província do Espírito Santo, primeiramente por suas lavouras de açúcar e, a partir de 1850, pelos cafezais implantados no interior. O Vale do Rio Itapemirim recebeu muitos fazendeiros migrantes, que fizeram dessa localidade a principal região exportadora de açúcar e café do Espírito Santo. Para servir de mão de obra, muitos cativos vieram com os fazendeiros, mas outros foram adquiridos com o tempo, sendo que, boa parte do quantitativo de cativos era africana. Além de estarem presentes nos dados estatísticos, os africanos também deixaram vestígios de sua presença nos registros eclesiásticos dessa paróquia. Essas fontes serão analisadas neste artigo para confirmar a forte presença de africanos na região.

**Palavras-chaves:** História do Espírito Santo; história de Itapemirim; escravos africanos.

**Abstract:** This article intends to approach the Africans present in the diverse sources referring to Itapemirim-ES. This region, during the nineteenth century, stood out in the Province of Espírito Santo, first for its sugar plantations and since 1850, for the coffee plantations implanted in the interior. The Itapemirim River Valley has received many migrant farmers, who have made it the main sugar and coffee exporting region of Espírito Santo. In order to serve as labor, many captives arrived with the farmers, but others were acquired over time, with much of the captive being Africans. Besides being present in the statistical data, the Africans also left vestiges of their presence in the ecclesiastical registers of that parish. These

---

*Artigo recebido em 19 de março de 2018 e aprovado para publicação em 30 de abril de 2018.*

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (2017-2019). (E-mail: [assyrall@gmail.com](mailto:assyrall@gmail.com)).

sources will be analyzed in this article to confirm the strong presence of Africans in the region.

Keywords: History of the Holy Spirit; History of Itapemirim; African slaves.

## Introdução

Nas últimas décadas, novos estudos passaram a ser desenvolvidos no Brasil dando destaque a temas que antes eram tidos como periféricos. A escravidão, antes tratada apenas pelo ponto de vista do senhor, passou a destacar os cativos. Trabalhos inovadores deram importância ao cotidiano dos escravos, como o de Mattoso, *Ser escravo no Brasil*<sup>1</sup>, que insere o cativo na sociedade brasileira como um personagem ativo, não como mera mercadoria. Outras obras analisam a família escrava, caso dos trabalhos de Florentino e Góes<sup>2</sup>, *A paz nas senzalas*, e de Slenes<sup>3</sup>, *Na senzala uma flor*.

A família cativa, que foi negada por muito tempo pela historiografia tradicional, vista como inviável para a escravidão brasileira, revela-se basilar na constituição da sociedade escravista, já que promovia a paz entre os cativos, como ressaltou Florentino e Góes, além de ser uma herança africana, como bem analisa Slenes. Também merece destaque a obra de Faria, *A colônia em movimento*<sup>4</sup>, que, apesar de não tratar especificamente da escravidão, analisa a sociedade colonial do norte fluminense, demonstrando as várias teias de solidariedade tecidas pelos escravos nesse contexto, sendo estas apenas algumas das múltiplas obras sobre o tema desenvolvidas nas últimas décadas.

Com esses novos estudos, foi descoberto que a rede do tráfico de almas era muito mais complexa do que aparenta ser. Eram os próprios africanos que capturavam os cativos para serem vendidos aos europeus. O sistema escravista existente entre os povos africanos era muito semelhante à escravidão antiga, apesar de apresentar discordâncias para o sistema escravocrata moderno, uma vez que na antiguidade não havia restrições em relação à cor do cativo. “A diferença da escravidão na Grécia e na Roma antiga, o escravismo moderno reforça o estatuto legal do cativo com a discriminação racial: o escravo só podia ser preto ou mulato, nunca branco.”<sup>5</sup>

<sup>1</sup> MATTOSO, Kátia Mytilineou Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>2</sup> FLORENTINO, Manolo, GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>3</sup> SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas: Unicamp, 2011.

<sup>4</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

<sup>5</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. IN: NOVAIS, Fernando Antônio (coord.), ALENCASTRO, Luiz Felipe. (org.) *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 88.

Porém, a prática da captura de cativos continuou a ser vivenciada pelos africanos na modernidade. Florentino, em sua obra *Em costas negras*<sup>6</sup>, descreve como os próprios africanos contribuíram para o fornecimento de mão de obra cativa para a América por meio da guerra, de modo que tanto o traficante europeu ou americano, quanto os grupos africanos se beneficiavam com a captura e venda de humanos.

Os traficantes europeus demandavam escravos – e algumas vezes, alimentos –, podendo em troca oferecer instrumentos de guerra e outras mercadorias. Por sua vez, os grupos dominantes africanos viam no tráfico um instrumento por meio do qual podiam fortalecer seu poder, incorporando povos tributários e escravos. A venda destes últimos no litoral lhes permitia o acesso a diversos tipos de mercadorias e material bélico. Desse modo, aumentava a sua capacidade de produzir escravos, e por conseguinte, de controlar os bens envolvidos no escambo. Estava criado um circuito fechado em si mesmo, cuja velocidade de rotação dependia das oscilações da demanda americana.<sup>7</sup>

Essas novas pesquisas concluem que a captura e venda de escravos era uma atividade econômica lucrativa entre os povos do litoral africano, bem como para os traficantes europeus e americanos. Alencastro<sup>8</sup> destaca que escravos e ouro eram as principais mercadorias exportadas em Alto Guiné nos séculos XVI e XVII. Em troca, esses africanos recebiam armas de fogo e cavalos, utilizados como bens de produção de escravos, tornando-se um ciclo que se retroalimentava.

Assim, a prática antiga da captura de escravos para o comércio continuou viva em África durante a modernidade, fornecendo para o continente americano quase 10 milhões de escravos entre os séculos XVI e XIX, quando cerca de 40% desse número desembarcaram nos portos brasileiros.<sup>9</sup> Estes, utilizados nas lavouras de *plantation*, nas minas e em outras atividades diversas dentro da economia brasileira, eram imprescindíveis, já que todo trabalho estava depositado sobre seus ombros, e eram também parte da sociedade, uma vez que estabeleciam relações sociais com outros cativos e com os livres.

Essa revisão historiográfica fez com que várias pesquisas sobre escravidão utilizando esse novo conjunto de corpus documental fossem desenvolvidas no Brasil. Não apenas regiões que se destacaram economicamente no período colonial e imperial, mas locais com economia voltada para o abastecimento interno, sem o devido destaque político/econômico, começaram a ter suas escravarias pesquisadas. O Espírito Santo é um exemplo disso.

<sup>6</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>8</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 49-50.

<sup>9</sup> FLORENTINO, *Op. cit.*, p. 23.

Apesar de ter sido uma das quinze primeiras capitanias hereditárias, muitas lacunas na historiografia ainda existem. Um impulso produtivo ocorreu com a criação dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo<sup>10</sup>. Dentre eles, pode-se destacar os trabalhos sobre escravidão que vêm sendo desenvolvidos pelo grupo liderado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Pereira Campos<sup>11</sup>, docente desta academia, revelando detalhes do cotidiano escravo em várias regiões capixabas.

Nessa perspectiva de estudos sobre a escravidão capixaba, este trabalho pretende demonstrar a presença de escravos africanos em Itapemirim, que, durante a segunda metade do século XIX, destacou-se economicamente graças às lavouras de café ali instaladas. A proximidade com a Corte facilitava o comércio de escravos com o litoral sul capixaba, fazendo com que houvesse nas fazendas itapemirinsenses um grande contingente de mão de obra africana, e com que essa região fosse a que mais contava com africanos em toda a província capixaba. Analisando vários documentos, dentre eles Relatórios de Presidentes de Província, Lista Nominativa e Documentos eclesiásticos, este artigo pretende destacar a presença dos africanos em Itapemirim como principal mão de obra do século XIX.

### Os cativos do Espírito Santo

O cultivo da cana-de-açúcar no Espírito Santo, uma das quinze primeiras capitanias hereditárias brasileiras, iniciou desde o início do processo de colonização ali estabelecido, em 1535, quando o capitão donatário Vasco Fernandes Coutinho chegou ao litoral capixaba.<sup>12</sup> Aparentemente, nos primeiros anos de colonização, o cultivo da cana foi bem sucedido, e o engenho açucareiro capixaba, mesmo que sem ter destaque semelhante aos nordestinos, colaborou para a consolidação da colonização do Espírito Santo, dinamizando a capitania, já que em alguns engenhos existiam olarias, ferrarias, carpintarias, serrarias e artesanato têxtil. Essas produções provavelmente estavam voltadas à subsistência do próprio engenho, uma vez que a comunicação entre os engenhos localizados na região era dificultada pela mata fechada

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.historia.ufes.br/pos-graduacao/PPGHIS/hist%C3%B3rico>> (Acesso em 12 de março de 2018).

<sup>11</sup> CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão e creolização: a Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, João. [et al.], (org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006, pp. 571-607; CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96. LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013. RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

<sup>12</sup> DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 111.

e pelo ataque dos índios presentes na capitania. Plantavam-se também alimentos como mandioca, algodão, milho, feijão e arroz, que era utilizado para alimentação dos moradores de cada propriedade.

O Espírito Santo, que já nascera sob a égide da agroindústria açucareira, apesar das adversidades, criara tradição no setor. Em 1820, contavam-se na província cerca de 60 engenhos e 66 destilarias (engenhocas, talvez). Nessa mesma época, produzia-se ainda: algodão, feijão, arroz, café, milho e legumes diversos, sendo a farinha de mandioca um dos principais componentes da sua base alimentar.<sup>13</sup>

Durante o século XIX, a mão de obra utilizada nos grandes engenhos era a escrava, como nas demais regiões do Brasil. Segundo Campos, “configurava um ativo bastante difundido na colônia brasileira, incluindo até mesmo centros de pequeno porte como a Capitania do Espírito Santo”.<sup>14</sup>

Assim, o Espírito Santo recebeu muitos escravos oriundos de África, e outros vindos de regiões do Brasil, podendo ser encontrados africanos escravizados de diversas partes e negros transferidos principalmente da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e outras regiões do Nordeste. A presença dos cativos era marcante na região, sendo importante analisar os dados populacionais da província, que são confiáveis somente a partir de 1790.

A tabela abaixo demonstra a quantidade de escravos que havia no Espírito Santo ao longo do século XIX.

**TABELA 1: Dados Estatísticos do Espírito Santo (1790-1872)**

Ano	Livres		Cativos		Fogos	Total
	Nº	%	Nº	%		
1790	10.749	47,7	6.834	30,3	-----	22.493
1813	-----	-----	-----	-----	-----	18.807
1814	-----	-----	-----	-----	-----	23.338
1818	-----	-----	-----	-----	3.729	24.585
1824	22.165	62,7	13.188	37,3	5.274	35.353
1827	22.931	63,9	12.948	36,1	5.683	35.879
1833	-----	-----	-----	-----	-----	27.916
1839	16.817	64,5	9.233	35,5	-----	26.080
1843	21.122	64,5	10.376	35,5	7.677	32.720
1856	36.793	75,3	12.100	24,7	7.075	48.893
1861	42.217	69,5	18.485	30,5	-----	60.702
1870	51.825	73,4	18.772	26,6	-----	70.597
1872	59.478	72,4	22.659	27,6	10.774	82.137

Fonte: 1790, 1824, 1856 e 1872: CAMPOS, 2011, p. 85, apud Capitão-Mor Ignacio João Mongiardino (*apud OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Nota IV, p. 239*); VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria Estatística da Província do Espírito Santo escrita no anno de 1828. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978*; RELATÓRIO do Presidente de Província – Barão de Itapemirim de 25 de maio de 1857; IBGE. Censo de 1872; 1813, 1814, 1818 – VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira. *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo, 1858*; 1824 e 1827 – VASCONCELLOS, Inácio Accioli. *Memória Estatística da Província do Espírito*

<sup>13</sup> BITTENCOURT, Gabriel. *Noticias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989, p. 36.

<sup>14</sup> CAMPOS, 2006, p. 577.

Santo escrita no ano de 1828, 1827, 1833 e 1839 – Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18. 1839 – Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015\_000\_78, página 48), apud LAGO, 2013. 1843 – FALA do vice-presidente da Província - José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim de 23 de maio de 1844, p. 16. 1856 – RELATÓRIO do Barão de Itapemirim, vice-presidente da Província, de 23 de maio de 1857. p. A-5, A-6, A-7; RELATÓRIO do Presidente da Província José Maurício Fernandes Pereira de Barros de 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10. 1861 – RELATÓRIO do presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior de 1862, p. 62-63. 1871 – RELATÓRIO do presidente, Doutor Francisco Ferreira Correa de 1871, p. 137-140.

Percebe-se por estes números que a população capixaba, apesar de pequena, era formada por grande número de escravos. A quantidade de cativos chegou a 37% em 1824, maior valor encontrado na tabela. Campos, analisando inventários *post-mortem* do Cartório de 1º Ofício de Vitória, encontrou os seguintes dados sobre a origem desses escravos da sede capixaba: entre os anos de 1790-1819 – 1266 crioulos (77,8%), 331 angolas (20,3%), 6 benguelas (0,4%), 5 congos (0,3%), 18 minas (1,1%), 1 ceulão (0,1%), total de 1627 escravos, além dos 252 escravos sem identificação. Já entre os anos de 1850-1871, período marcado pela promulgação da Lei Eusebio de Queiroz<sup>15</sup> e da Lei Rio Branco (Ventre Livre)<sup>16</sup>, apresenta os seguintes dados: 880 crioulos (60,3%), 81 de nação (5,6%), 32 angolas (2,2%), 3 benguelas (0,2%), 8 congos (0,5%), 5 minas (0,3%), 6 moçambiques (0,4%), 2 caribocas (0,1%), 1 cabinda (0,1%), 01 canange (0,1%), 1 ceulão (0,1%), total de 1020 escravos, além dos 439 sem identificação.<sup>17</sup>

Percebe-se que havia um grande número de escravos crioulos em Vitória, o que configura a reprodução endógena dessas escravarias. Entre 1790 e 1819, a porcentagem de crioulos era de 79%, enquanto apenas 21% eram africanos. Já entre 1850 e 1871, 86% eram crioulos e apenas 14% eram africanos. Esse fato é explicado pela igualdade entre os sexos nas escravarias.

O primeiro indício da singularidade do escravismo em terras capixabas é fornecido pela estimativa populacional produzida no ano de 1824, na qual se registrou a existência de 7.016 (53,2%) cativos e 6.175 (46,8%) cativas. De um estoque de 13.188 escravos em 1824, a Província saltou para 22.659 cativos em 1872, não obstante a composição sexual desse novo contingente permanecesse equilibrada. Os homens somavam, na época, 11.859 (52,3%) indivíduos e as mulheres, 10.800 (47,7%). Cachoeiro do Itapemirim, município da região sul da Província, também apresentava população com notável equilíbrio de sexos, apesar de se afigurar fronteira agrícola e sediar unidades produtoras do tipo *plantation*. Lá existiam 4.222

<sup>15</sup> Lei que proibia o tráfico internacional de escravos no Brasil, promulgada em 1850.

<sup>16</sup> Lei que considerava livre todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data. Promulgada em 1871.

<sup>17</sup> CAMPOS, 2006, p. 537.

(56,4%) escravos e 3.260 (43,6%) cativas, enquanto a razão de masculinidade mantinha-se no patamar de 129, de acordo com o censo de 1872.<sup>18</sup>

Essa pequena presença de africanos escravizados em Vitória não é percebida em outras regiões do Espírito Santo, como nos revelam documentos referentes a Itapemirim, como os Relatórios de Presidente de Província, Lista Nominativa e os Registos Eclesiásticos de sua paróquia. Analisando esses documentos, bem como os registros de batismo e óbito de escravos no período de 1860 a 1870, será percebido que havia um número significativo de africanos escravizados dentro das escravarias itapemirinsenses, dados que serão analisados no próximo ponto, revelando que, além da grande quantidade de africanos entre os escravizados, muitos podem ter vindo clandestinamente após a promulgação da lei Eusebio de Queiroz.

### Os africanos em Itapemirim

A região de Itapemirim estava entre as primeiras sesmarias, doada por Vasco Fernandes Coutinho a Pedro da Silveira em 1539. Segundo Daemon, “Neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação”<sup>19</sup>. Aparentemente a mesma não foi bem sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do rio Itapemirim só reaparecerão no início do século XVIII.

Em 1674 o herdeiro da capitania, Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, vendeu as terras ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo, que, por sua vez, iniciou uma busca por ouro, colonizando assim a região de Vila Velha a Benevente. Segundo Moreno, por volta de 1701 ou 1710 estabeleceu-se, às margens do rio Itapemirim, Domingos de Freitas Bueno Caxangá e seus agregados, onde construíram uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá. A sede da fazenda se localizava no alto de um morro. Anos mais tarde, essa fazenda foi batizada como Fazendinha<sup>20</sup>. A colonização efetiva dessa região ocorrerá apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo<sup>21</sup>, após ataque indígena dos puri, que, todavia, abandonaram a região e vieram a se instalar na barra do rio Itapemirim.<sup>22</sup>

As terras do Vale do Itapemirim foram adquiridas por Inácio Pedro Cacunda, bandeirante descobridor das minas, e anos depois foram compradas pelo capitão Tavares

<sup>18</sup> CAMPOS, 2011, p. 88.

<sup>19</sup> DAEMON, *Op. cit.*, p. 114.

<sup>20</sup> MORENO, Luciano Retore. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016, p. 19.

<sup>21</sup> Região no interior do Espírito Santo onde foi encontrado ouro.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 222.

Brum<sup>23</sup>, que também as adquiriu como sesmaria.<sup>24</sup> A partir de então, a região foi se desenvolvendo graças às lavouras de açúcar instaladas no local.

Além dos primeiros desbravadores, o Vale do Rio Itapemirim foi povoado por mineiros, fluminenses e paulistas que migraram para o sul do Espírito Santo na primeira metade do século XIX. Segundo Oliveira<sup>25</sup>, os migrantes não enfrentaram ataques dos indígenas que povoavam a região. Dentre as personalidades e famílias que migraram em busca de melhores condições de vida e de terras férteis, destacam-se o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima – futuro Barão de Itapemirim –, a família do comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa.<sup>26</sup>

Com a migração mineira, paulista e fluminense, Itapemirim viveu um crescimento populacional que ocasionou nas condições ideais para emancipação política. Através do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho.<sup>27</sup>

Esses migrantes trouxeram consigo a produção de café, que foi introduzida em terras capixabas por volta de 1815, substituindo a produção de açúcar e aguardente gradativamente ao longo do século XIX. A partir de 1850, o café se destacou, concentrando a produção na região sul capixaba, especificamente nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana.<sup>28</sup> A expansão do café espírito-santense está diretamente ligada à decadência da produção cafeeira no Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, uma vez que fazendeiros dessas regiões migraram para o sul capixaba em busca de terras férteis, junto com seus escravos e maquinários.<sup>29</sup>

A princípio, as lavouras de café foram implantadas no litoral de Itapemirim, mas, com o passar dos anos, os cafezais avançaram para o interior, em vista de condições naturais mais propícias, principalmente a presença do solo massapê, mais consistente e resistente à erosão. Além disso, as ondulações do relevo eram mais suaves e favoráveis, bem como o clima

---

<sup>23</sup> BITTENCOURT, Gabriel. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006, p. 78.

<sup>24</sup> MARINS, Antônio. Itapemirim. In: *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, pp. 210-1.

<sup>25</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 308, 355.

<sup>26</sup> MORENO, *Op. cit.*, p. 32.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>28</sup> ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983, pp. 15-8.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 19.



úmido, com chuvas regulares.<sup>30</sup> O Vale do Itapemirim dividiu-se então em duas regiões: o litoral, com fazendeiros que migraram entre o fim do século XVIII e início do XIX e mantiveram as lavouras de cana, e o Alto Itapemirim, com os cafezais cultivados pelos migrantes que chegaram nas primeiras décadas do século XIX.<sup>31</sup>

Ao longo da segunda metade do século XIX, o açúcar, a aguardente e o café serão os principais produtos exportados pelo Porto da Barra de Itapemirim, de acordo com os Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo referentes aos anos de 1851, 1857, 1861, 1862, 1863.<sup>32</sup> A tabela a seguir demonstra os valores exportados pelo Porto ao longo do século XIX.

TABELA 2: Exportação do Município de Itapemirim e da Província do Espírito Santo no ano de 1851 (Valores)				
Ano	Produto	Exportação provincial (Valores)	Exportação de Itapemirim (Valores)	Porcentagem (%)
1851	Café	206:643\$700	24:216\$600	11%
	Açúcar	108:100\$860	59:692\$820	55%
	Aguardente	3:181\$200	3:181\$200	100%
	Total	88:138\$990	423:719\$020	20%
Exportação do Município de Itapemirim e da Província do Espírito Santo nos anos de 1857, 1861, 1862, 1863 (Medidas)				
Ano	Produto	Exportação provincial (Medidas)	Exportação de Itapemirim (Medidas)	Porcentagem (%)
1857	Arroubas de café	136,883	23,287	17%
	Arroubas de açúcar	24,474	15,401	63%
	Medidas de aguardente	9,869	9,720	98,5%
	Importância arrecadada	58:383\$491	8:382\$172	14,3%
1861	Arroubas de café	223,807	62,813	28%
	Arroubas de açúcar	21,823	18,807	86%
	Medidas de cachaça	5,090	4,810	94%
	Importância arrecadada	1.181:005\$830	356:752\$416	30%
1862	Arroubas de café	229,447	59,621	26%
	Arroubas de açúcar	30,006	18,170	60,5%
	Medidas de cachaça	36	46	78%
	Importância arrecadada	386:196\$866	1.481.254\$115	26%
1863	Arroubas de café	139,341	37,561	27%
	Arroubas de açúcar	32,458	20,541	63%
	Medidas de cachaça	6,120	3,600	59%
	Importância arrecadada	1.140:517\$882	260:764\$000	23%

Fonte: 1851: Relatório que o Exmo. Presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes d'Azambuja, dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852, Mapa 13; 1857-1861: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no

<sup>30</sup> SALETTTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996, p. 35.

<sup>31</sup> ROCHA, COSSETTI, *Op. cit.*, p. 35.

<sup>32</sup> Relatórios apresentados pelos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Espírito Santo: 1852 – Bacharel José Bonifácio Nascentes D'Azambuja; 1858 – Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; 1862 – José Fernandes da Costa Pereira Júnior; 1863 – Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos. Disponível em: [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%20C3%ADrito\\_santo](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%20C3%ADrito_santo) (Acesso em 17 de março de 2018)

dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 83-85; 1862-1863: Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1º vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos, mapas 92, 93 e 96.

Em 1851, Itapemirim era responsável por 11% da exportação de café na província, embora seu cultivo estivesse apenas iniciando na região. Em relação à exportação dos derivados da cana, vendia 55% do açúcar e 100% da aguardente provincial. Quanto ao total exportado, saiu de Itapemirim 21% do valor total da província. Entre os anos de 1857 e 1863, Itapemirim foi responsável por grande parte da exportação de mercadorias da província. Somente o Porto de Vitória exportava quantidade maior de mercadorias do que o Porto de Itapemirim. O café assumiu a liderança da produção e das vendas na região, mas Itapemirim ainda produzia e exportava a maior parte do açúcar e da aguardente. Essas mercadorias, junto com o café, renderam grandes lucros ao principal porto do sul da província.

O ano de 1860 recebe destaque por ter sido quando 37,4% do café exportado pelo Espírito Santo foi vendido pelo Porto de Itapemirim. Já no ano seguinte, a exportação de açúcar da região representou 86,1% do total exportado na província. Nesses anos, os valores arrecadados com exportação pelo Porto de Itapemirim representaram 30% do total das exportações da província. A produção do café de Castelo, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, dentre outras regiões, era exportada para o Rio de Janeiro pelo Porto da Barra, localizado na foz do rio Itapemirim, sendo este o porto mais importante da região sul. Nesse período, grandes navios a vapor ali ancoravam, e as vias fluviais e ferroviárias desembarcavam toneladas de sacos de café que seguiam para outras regiões.

O porto marítimo mais importante do sul da costa era o de Itapemirim (...). A importância do Porto (...) derivava de dois fatores fundamentais para o comércio da época: primeiro, a sua localização em uma região grande produtora de café; segundo, a proximidade do Rio de Janeiro. Deve-se observar que os exportadores remetiam o café para o Rio de Janeiro, de onde era embarcado para o exterior.<sup>33</sup>

Para o trabalho nessas fazendas era utilizada mão de obra escrava. Muitos escravos povoavam a população de Itapemirim no século XIX, conforme demonstrado nos dados a seguir: 1824: 2.332 livres e 1.148 escravos, total de 3480 habitantes; 1856: 4968 livres e 3454 escravos, total de 8.422 habitantes; 1872: 17.822 livres e 10.355 escravos, total de 28.177 habitantes.<sup>34</sup> Florentino destaca que, após acordo retificado entre Brasil e Inglaterra em 1831,

<sup>33</sup> HESS, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. *A República e o Espírito Santo*, Vitória, ES: Multiplicidade, 2005, p. 34.

<sup>34</sup> CAMPOS, 2011, p. 87, apud (Ano de 1824) VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria statistica da Provincia do Espírito Santo escrita no anno de 1828*. Transcrição do manuscrito original por Fernando

houve um aumento considerável nos desembarques anuais de escravos no Rio de Janeiro até 1850<sup>35</sup>, sendo 40 mil africanos desembarcando no porto carioca entre 1838 e 1839, e 50 mil entre 1846 e 1850.<sup>36</sup>

Campos observa que, nesse período, houve um aumento no número de cativos, uma vez que a ameaça do fim do tráfico levava os senhores de escravos a incrementarem suas escravarias. Além disso, a expansão cafeeira no sul fazia com que as fazendas necessitassem de uma quantidade maior de mão de obra, incrementando, assim, as escravarias de Itapemirim.<sup>37</sup> A tabela a seguir apresenta a população de Itapemirim ao longo do século XIX.

**TABELA 3: População de Itapemirim e do Espírito Santo ao longo do século XIX**

ANO	ESPÍRITO SANTO					ITAPEMIRIM						
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	FOGOS	HABITANTES POR FOGO	LIVRES	(%)	ESCRAVOS	(%)	TOTAL	FOGOS	HABITANTES POR FOGO
1817	—	—	24.585	3.729	6,5	—	—	—	—	2.025	147	13,7
1818	—	—	25.960	3.729	6,9	—	—	—	—	2.025	—	—
1824	22.165	13.188	35.353	5.274	6,7	1.184	51	1.148	49	2.332	227	10,2
1827	22.931	12.948	35.879	5.683	6,3	797	44	1.038	56	1.835	229	8,0
1833	—	—	27.916	—	—	1.360	42	1.596	54	2.937	—	—
1839	16.847	9.233	26.080	—	—	852	34	1.635	66	2.487	—	—
1843	21.122	10.376	32.720	7.677	4,2	1.825	45	2.109	55	3.984	539	7,3
1856	36.793	12.100	48.893	7.674	6,3	2.508	57	1.887	43	4.395	428	10,2
1857	36.823	12.269	49.092	—	—	—	—	—	—	4.393	—	—
1861	42.217	18.485	60.702	—	—	4.493	51	4.315	49	8.843	—	—
1870	51.825	18.772	70.597	—	—	4.680	70	2.013	30	6.693	—	—
1872	59.478	22.659	82.137	10.774	7,6	6.808	68	2.873	32	9.881	1.048	9,4

Fonte: 1790, 1824, 1856 e 1872 – Conferir referências da Tabela 6. 1813, 1814, 1818 – VASCONCELLOS, J. M. P. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*, 1858; 1824 e 1827 – VASCONCELLOS, Inácio Accioli. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo* escrita no ano de 1828, 1827, 1833 e 1839 – Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18. 1839 – Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015\_000\_78, página 48), apud LAGO, 2013. 1843 – Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abril a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16. 1856 – Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857. p. A-5, A-6, A-7; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10. 1861 – Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de

Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; (Ano de 1856) – Censo constante do Relatório apresentado pelo José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 8; Censo de 1872.

<sup>35</sup> Ano da promulgação da Lei Eusebio de Queiroz.

<sup>36</sup> FLORENTINO, 2011, pp. 43-4.

<sup>37</sup> CAMPOS, 2011, pp.87-8.

1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63. 1871 – Relatório lido no paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871, p. 137-140. 1839: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Como se pode perceber, Itapemirim sempre contou com grande quantidade de cativos. Merecem destaque os anos de 1827, 1833, 1839 e 1843, quando a população escravizada correspondia, respectivamente, a 56%, 54%, 66% e 55%. Nesses anos, o quantitativo de cativos era maior que o número de cidadãos livres. Nos outros anos, apesar do número de livres ter aumentado em relação aos escravos, ainda existia uma quantidade grande de escravizados em Itapemirim.

Boa parte dessa população de cor chegou a Itapemirim através do comércio transatlântico. A quantidade de africanos na população cativa sempre foi muito alta, até mesmo após o fim do tráfico. O Porto de Itapemirim recebeu navios que trouxeram cativos desde as primeiras décadas do século XIX. Marins cita notícia do Jornal S. João da Barra de 1882 em que se relata que o primeiro navio negreiro atracado em Itapemirim chamava-se Paula, tendo chegado a este porto em fevereiro de 1831. Era comandado pelo capitão Caetano Dias da Silva e pelo piloto Herculano, que era baiano.<sup>38</sup> Rocha<sup>39</sup> também descreve o major Caetano como traficante negreiro, em 1860, durante a visita do Imperador a Itapemirim. Dias da Silva era português e chegou ao Brasil em 1828, e, desde então, empreendia viagens a Angola.<sup>40</sup>

Ao comparar os dados sobre a população cativa nos anos de 1833, 1839 e 1872, é possível ter uma noção da quantidade de africanos que entrou na região. A Tabela 4 compara a quantidade de cativos nascidos no Brasil e os que vieram da África nesses anos.

**TABELA 4: Naturalidade da população de cativos de Itapemirim nos anos de 1833, 1839 e 1872**

Anos	Pardos cativos		Cativos naturais do Brasil		Cativos naturais de África		Total de cativos Nº
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1833	60	3	526	32	1.046	65	1.596
1839	42	2,5	567	34,5	1.026	63	1.635
1872	865	30	1.497	52	511	22	2.873

Fonte: 1833: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54. Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de

<sup>38</sup> MARINS, *Op. cit.*, p. 225.

<sup>39</sup> ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008, p. 239.

<sup>40</sup> PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, SC, 15-18 de maio de 2013, p. 10. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf> (Acesso em 17 de março de 2018)

abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015\_000\_78, página 48), apud LAGO, 2013, p. 39. Censo de 1872.

Nos dois primeiros anos analisados, percebe-se que a população de africanos em Itapemirim era elevada: 65% em 1833, e 63% em 1839. Já em 1872, este quantitativo diminuiu para 22%, dado explicado pelo fim do tráfico, em 1850. Ainda assim, a população parda era minoria se comparada aos descritos como “pretos”. Em 1872, os pardos cativos representavam 30% da população, menos de 1/3 da mesma. A miscigenação aumentou se comparada com os anos da primeira metade, mas ainda era pequena, se comparada ao número de pretos cativos nascidos no Brasil, que representavam 52%.

O mapa populacional de 1839 apresenta a quantidade de cativos nas vilas e cidades capixabas, diferenciando os cativos pardos, os cativos nascidos no Brasil e os que vieram de África. A tabela abaixo apresenta a naturalidade dos escravizados capixabas. Itapemirim, como se percebe, era a vila que contava com maior quantidade de cativos africanos, que representava 11% da população africana no Espírito Santo. Além disso, o número de africanos na escravaria itapemirina representava 62% do total de cativos.

**TABELA 5: Naturalidade da população escrava do Espírito Santo em 1839**

Cidades/Vilas	Pardos cativos		Cativos naturais do Brasil		Cativos naturais de África		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vitória	724	7,8	2061	22,3	485	5,3	3270	35,4
Itapemirim	42	0,5	567	6,1	1026	11,1	1635	17,7
Benevente	21	0,2	263	2,9	202	2,2	486	5,3
Guarapari	133	1,5	233	2,5	96	1,0	462	5,0
Espírito Santo	124	1,3	136	1,5	19	0,2	279	3,0
Serra	319	3,5	494	5,3	313	3,4	1126	12,2
Nova Almeida	71	0,8	159	1,7	58	0,6	288	3,1
Linhares	9	0,1	11	0,1	10	0,1	30	0,3
Barra de São Mateus	-	-	146	1,6	121	1,3	267	2,9
São Mateus	75	0,8	811	8,8	504	5,5	1390	15,1
<b>Total</b>	<b>1.518</b>	<b>16,5</b>	<b>4.881</b>	<b>52,8</b>	<b>2.834</b>	<b>30,7</b>	<b>9.233</b>	<b>100</b>

Fonte: Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015\_000\_78, página 48), apud LAGO, 2013, p. 39.

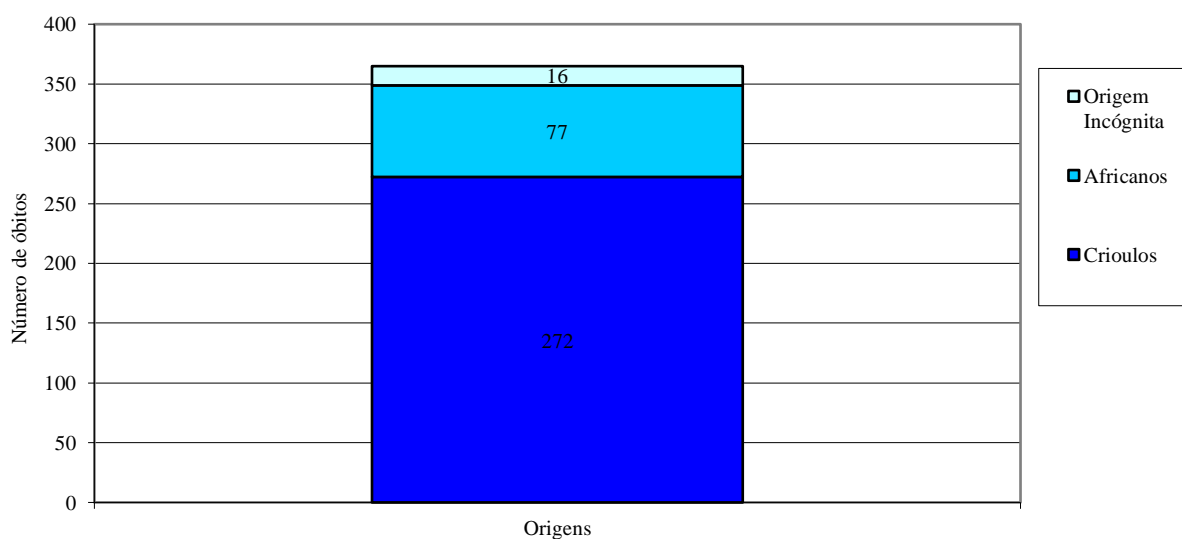
Esses africanos estão presentes em outras fontes históricas de Itapemirim. Os registros eclesiásticos de batismos e óbitos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, em Itapemirim, trazem o cotidiano dos cativos que levaram seus infantes à pia batismal ou faleceram. Os dados apresentados nesse trabalho correspondem aos anos de 1860 a 1870.

Neste período foram registrados 770 batismos e 372 óbitos, dois quais fazem parte um número significativo de africanos, sendo que alguns chegaram a Itapemirim mesmo após o

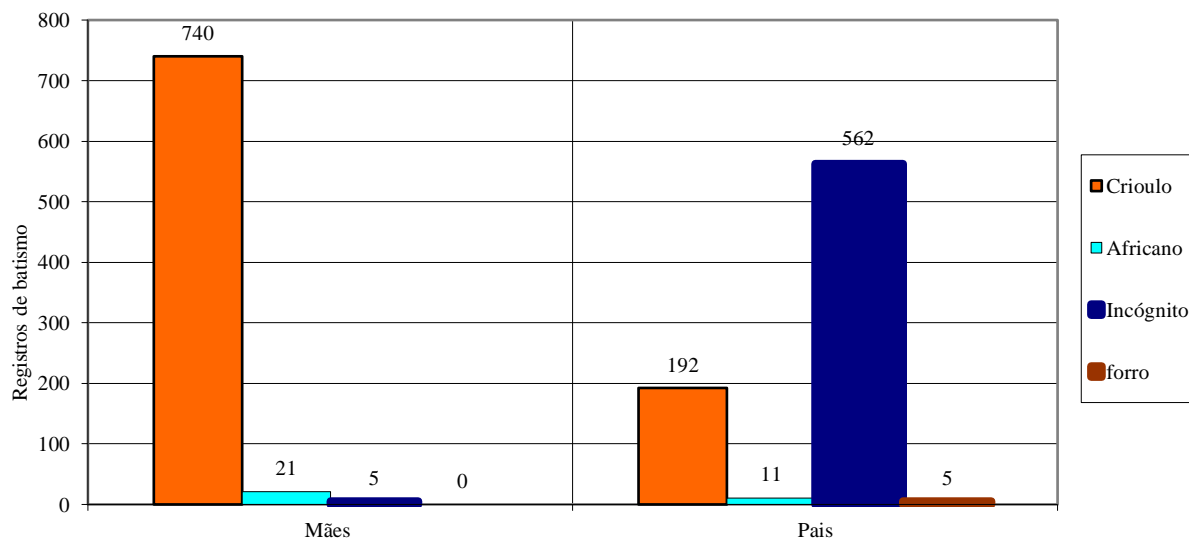
fim do tráfico. De acordo com o Gráfico I, referente aos óbitos de escravos, 77 registros de óbito referiam-se a africanos, correspondendo a 21% do total. Já o Gráfico II, refere-se ao batismo de escravos, e apresenta 21 mães africanas (3%) e 11 pais africanos (1,5%), considerando os registros que ocultam o nome do pai (562 registros – 73%) – número que, se não considerado, faz com que os registros de pais africanos correspondam a 10% do total.

Outro dado que pode ser analisado é o referente aos registros de batismo com padrinhos e madrinhas africanos, sendo quatro padrinhos africanos (0,5%) e cinco madrinhas africanas (0,6%), um número pequeno se comparado aos padrinhos e madrinhas crioulos ou brancos. Observando os dados obtidos nos livros de batismo, o número de africanos é pequeno, porém, nos registros de óbito, esse número é maior e mais significativo. Isso porque africanos escravizados eram mais envelhecidos, fazendo com que esses registros fossem mais frequentes.

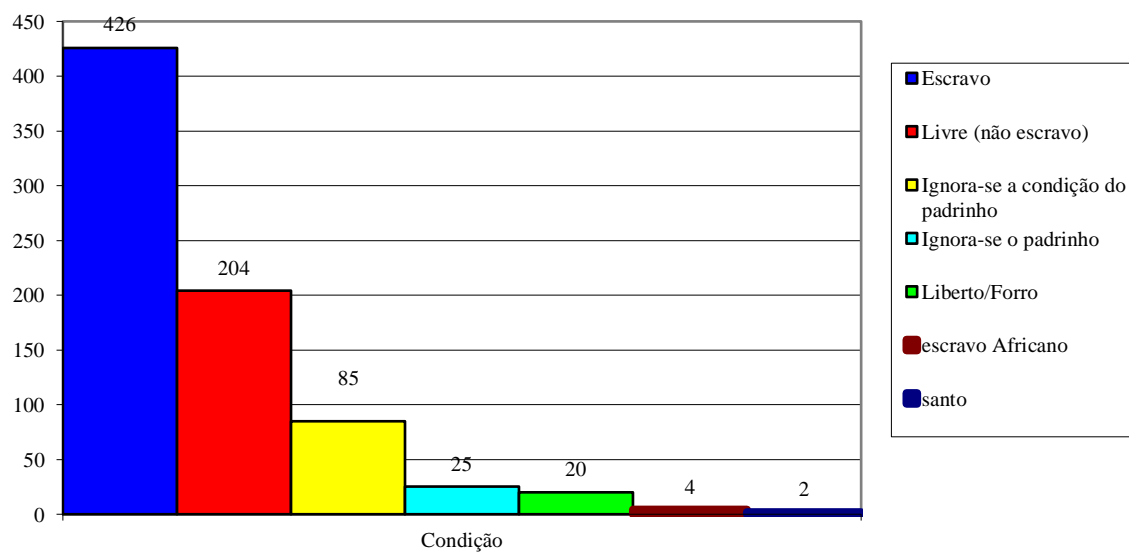
**GRÁFICO I: Número de óbitos de africanos e crioulos na Freguesia de Itapemirim, ES – 1860 a 1870**



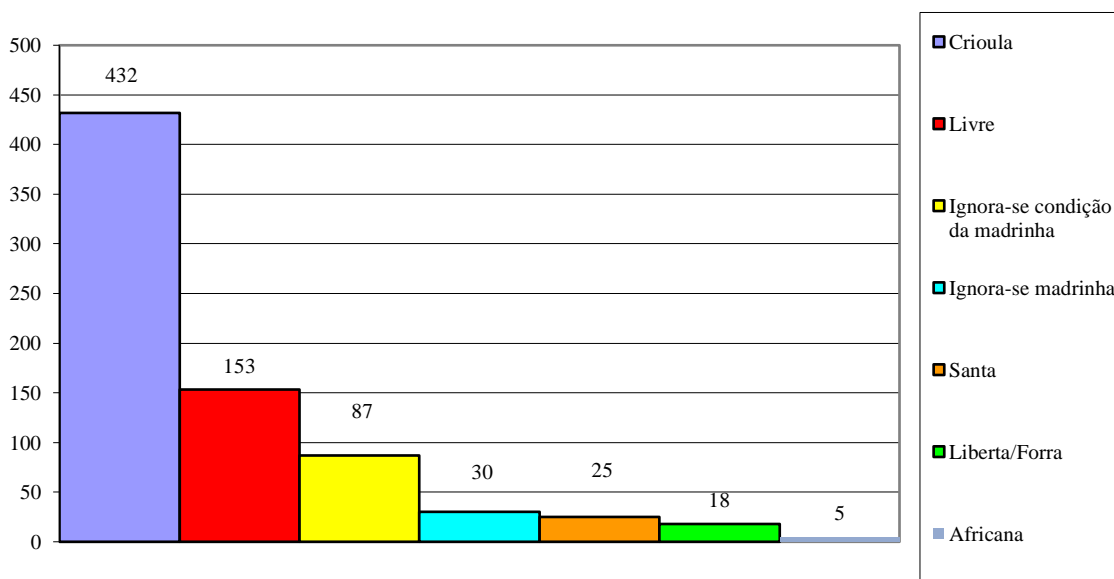
**GRÁFICO II: Número de registros de batismo de mãe e pai crioulos e africanos na Freguesia de Itapemirim, ES – 1860 a 1870**



**GRÁFICO III: Condição dos padrinhos de escravos na Freguesia de Itapemirim, ES – 1860 a 1870**



**GRÁFICO IV: Condição das madrinhas de escravos na Freguesia de Itapemirim, ES – 1860 a 1870**



Se compararmos os gráficos com as tabelas apresentadas anteriormente, é possível comprovar que havia um número considerável de africanos escravizados em Itapemirim, uma vez que o tráfico estava proibido e esse número não se renovava. O quantitativo foi diminuindo com o passar do tempo, pois muitos foram falecendo, conforme se vê no gráfico I, mas ainda havia um número expressivo, apesar de bastante reduzido, como se comprova no gráfico II, com a quantidade de mães e pais africanos que batizaram seus filhos nessa década. É preciso salientar que o período que esta pesquisa abrange corresponde a uma década após o fim do tráfico externo de escravos e pouco mais de uma década antes do fim da escravidão, período em que era mais rara a entrada de africanos no Brasil para serem escravizados.

Também foram batizados nesse período quatro africanos adultos: Manoel, de 39 anos, Luiz, de 28 anos, Luiza, de 20 anos, todos “de Nação”, levados à pia batismal, no dia 21 de setembro de 1864, por seu senhor, Manoel Ferreira dos Santos. Os padrinhos foram, respectivamente, Antônio, José (crioulo) e Tito, também cativos de Ferreira dos Santos, juntamente com a Protetora Nossa Senhora da Conceição. Além deles, no mesmo ano, porém no dia 9 de outubro, José Joaquim Marvila batizou seu cativo africano adulto André, também “de Nação”, do qual não consta a idade nos registros. Seus padrinhos foram Manoel, escravo de Julião Fernandes Leão, e Maurícia, escrava do alferes José Monteiro Coutinho de Melo.

Como Itapemirim foi uma das últimas regiões do Brasil a acabar com o tráfico negro, os interesses por trás da continuação do tráfico na província do Espírito Santo eram



muitos. Segundo Pereira<sup>41</sup>, em alguns locais do litoral brasileiro, o tráfico chegou ao fim, porém, na região compreendida entre o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo, as tentativas de desembarque continuaram por alguns anos após 1850. Também havia ligações com a Zona da Mata mineira através das bacias fluviais. A região compreendia a Tríplice Fronteira do tráfico ilegal de africanos. Fontes relatam que, após a data oficial do fim do tráfico, entraram no Brasil 8.812 africanos<sup>42</sup>, e boa parte desses cativos podem ter chegado pelo sul do Espírito Santo.

De acordo com Santana<sup>43</sup>, os desembarques aconteceram até o fim da década de 1860. “A 7 de abril de 1856, o Chefe de Polícia da Corte relatava as feitorias de escravos, na África, e apontava, como principal porto de desembarque no Brasil, o Porto de Itapemirim.”<sup>44</sup> As inúmeras denúncias envolviam figuras importantes da província, como o Barão de Itapemirim, o comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt e seu cunhado, o major Caetano Dias da Silva.<sup>45</sup>

Dentre as origens dos africanos escravizados presentes nos registros eclesiásticos de Itapemirim, aparecem as seguintes regiões de embarque em África: Africanos, Fasula, Nação, Moçambique, Mina de Nação, Angola, Benguela e Congo, predominando os escravos “de Nação”. Nos registros de batismo, temos os seguintes dados: africanos sem identificação de origem – quatro pais, oito mães, uma avó, dois padrinhos e três madrinhas; africanos de Nação – sete pais, 13 mães, uma avó, dois padrinhos e duas madrinhas. Já nos registros de óbito, temos: africanos sem identificação de origem – 17 óbitos de homens, nove óbitos de mulheres; Nação – 22 óbitos de homens, cinco de mulheres, um pai e uma mãe que sepultaram seu filho; Fasula – sete óbitos de homens e seis de mulheres; Moçambique – um óbito de homem e um de mulher; Mina de Nação – um óbito de homem; Angola – quatro óbitos de homens; Benguela – quatro óbitos de homens; Congo – quatro óbitos de homens.

**TABELA 6: Origem dos africanos presentes nos registros de batismo de escravos (1860-1870)**

Origem	Pai	Mãe	Avó	Pad.	Mad.
Africano sem identificação	4	8	1	2	3
Nação	7	13	1	2	2

FONTE: LIVRO de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim (1859-1885), nº 2

<sup>41</sup> PEREIRA, *Op. cit.*, p. 2.

<sup>42</sup> Disponível em <http://www.slavevoyages.org> (Acesso em 10 de março de 2018).

<sup>43</sup> SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 304.

<sup>44</sup> NOVAES, 1963, apud SANTANA, 2000, p. 304.

<sup>45</sup> APEES. Ofícios com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66 (manuscritos).

**TABELA 7: Origem dos escravos africanos presentes nos registros de óbito de escravos (1860-1870)**

<b>Origem</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>
Africano sem identificação	17	9	-	-
Nação	22	5	1	1
Fasula	7	6	-	-
Moçambique	1	1	-	-
Mina de Nação	1	-	-	-
Angola	4	-	-	-
Benguela	4	-	-	-
Congo	2	-	-	-

FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim (1859-1872), nº 2.

Pelos registros acima apresentados, percebe-se que em Itapemirim havia uma quantidade significativa de africanos escravizados, vindos de diversos lugares de África. Os dados eclesiais somados aos dados demográficos deixam claro que Itapemirim recebeu grande quantitativo de africanos, não apenas enquanto o comércio de almas era legal, mas também após a proibição do tráfico, em 1850. Dentro da província do Espírito Santo, Itapemirim era a região dos cativos africanos que, não só compunham parte da população, mas também tiveram fatos de suas vidas registrados, como os batismos de seus filhos e/ou afilhados, além de seus falecimentos.

### **Conclusão**

Este trabalho pretendeu apresentar a população cativa de Itapemirim, com destaque para os africanos que compunham parte significativa da paisagem humana itapemirina. Diferente de outras vilas, como Vitória, onde a população cativa era de maioria crioula, que se reproduzia endogenamente, Itapemirim contava com número elevado de africanos que chegaram às fazendas do sul a partir do comércio de almas.

Apesar dessa região ter sido colonizada efetivamente apenas no século XVIII, contou com a presença maciça de cativos em sua população desde o início de sua colonização. Os fazendeiros que migraram ao longo do século XIX para o sul da província capixaba trouxeram consigo seus escravos, e adquiriram muitos outros por meio do comércio internacional. Esses serviam de mão de obra nas lavouras de açúcar, localizadas no Baixo Itapemirim, e nos cafezais, encontrados no Alto Itapemirim. Decerto é que a região, em alguns anos, apresentava dados estatísticos com número maior de cativos que de livres.

Esses cativos, africanos ou crioulos, tiveram trechos de suas vidas registrados nos livros eclesiais de Itapemirim. Muitos foram batizados, e eram filhos de mãe e/ou pai africanos. Também muitos africanos estavam entre os cativos registrados no livro de óbito.

Merece destaque, ainda, o batismo dos quatro africanos adultos no ano de 1864. Não se pode afirmar, mas é possível que, pelo envolvimento de fazendeiros itapemirinsenses com o tráfico ilegal de almas, esses e outros africanos tenham entrado no Brasil pelo litoral itapemirinsense.

Enfim, parte do destaque de Itapemirim ao longo do século XIX, na província capixaba, se dá por conta de seus cativos, uma vez que essa vila estava entre as que possuíam maior número de escravizados da província, e os fazendeiros, proprietários dos escravos, exerciam influência na política capixaba e imperial. Esses escravos, apesar dos limites apresentados pelas fontes, compunham a sociedade não apenas como números, mas realizavam atividades que estavam no cotidiano itapemirinsense, como a participação nas cerimônias religiosas. Pesquisar o cotidiano dos cativos é dar voz a um grupo que permaneceu por anos tratado como mera mercadoria. Assim, essas pessoas que por anos foram desprezadas pela historiografia ganham importância e humanidade, sendo protagonistas de sua própria história.

## Referências

### Fontes primárias

ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Batismo de Escravos número 2, anos de 1859 a 1872.

ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Óbito de Escravos número 2, anos de 1859 a 1885.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Série Accioli, livro 66 (manuscritos).

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo) (Acesso em 17 de março de 2018)

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=R%20ecenseamento%20G%20do%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20E9rio%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=R%20ecenseamento%20G%20do%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20E9rio%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil#) (Acesso em 17 de março de 2018)

### Fontes bibliográficas

#### Livros

ALENCASTRO, Luiz Felipe *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BITTENCOURT, Gabriel. *Notícias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.

\_\_\_\_\_. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. HESS, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. *A República e o Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2005.

MATTOSO, Kátia Mytilineou Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

SALETTI, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas: Unicamp, 2011.

## Capítulos

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida Privada e Ordem Privada no Império. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord.), ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.) *História da vida privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão e creolização: a capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, João. [et al.], (org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006, p. 571-607.

MARINS, Antônio. Itapemirim. In: *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231.

## Artigos de periódicos

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: **Dimensões**: Revista de História da Ufes. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.

## Dissertações

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013, 154 páginas.

RIBEIRO, Geisa Loureço. *Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2012, 199 páginas.

**Anais de eventos**

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>. (Acesso em 30 de novembro de 2017)

**Gráficos**

Gráfico 1: LIVRO de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim (1859-1885), nº 2.

Gráficos 2, 3 e 4: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim (1859-1872), nº2.